

## Defensoria do RJ recomenda evitar danos a favelas em operações

Após oito meses acompanhando os efeitos da intervenção federal no Rio de Janeiro, o Circuito Favelas por Direitos, coordenado pela Defensoria Pública fluminense, divulga nesta terça-feira (18) seu relatório final com um total de 16 sugestões para evitar violações aos direitos dos moradores nas futuras operações realizadas em comunidades.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Rio de Janeiro está sob intervenção federal desde fevereiro de 2018.  
Tomaz Silva/Agência Brasil

A intervenção federal está prevista para terminar no dia 31 de dezembro. As 16 propostas apresentadas pelo circuito estão separadas por temas: ampliações de mecanismos de controle de atividade policial, política de monitoramento e transparência do impacto das operações, formação e capacitação dos agentes de segurança e plano estadual de segurança pública.

Pedro Strozemberg, ouvidor-geral da Defensoria, o objetivo do relatório é contribuir para uma agenda da segurança com maior reconhecimento de direitos e menor letalidade, ao convidar as pessoas e as instituições a conhecer os relatos e intervir por mais respeito e empatia.

“O Circuito de Favelas por Direitos mostrou um lado silenciado que uma imensa parcela da população vive cotidianamente. Não ter com quem partilhar e não confiar nas instituições é uma dupla vitimização. Você sofre a violação e não tem a quem recorrer. Escutar e cobrar são medidas fundamentais”, afirma Strozemberg.

### Relatório

Coordenada pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública, em parceria ou com o apoio de 35 instituições, a iniciativa percorreu 25 favelas onde foram realizadas operações das forças de segurança desde o início da intervenção. Foram coletados 500 relatos de moradores que apontaram 30 tipos diferentes de violações de direitos, categorizados em cinco áreas: violência em domicílio, abordagem, letalidade provocada pelo Estado, operação policial e impactos – sendo exemplos deste último a restrição de circulação, perseguição a lideranças locais e traumas psicológicos.

No curto prazo, o relatório propõe maior integração entre os envolvidos na temática, por meio de reuniões com corregedores e ouvidores das forças de segurança, da Defensoria Pública e dos Ministérios Públicos do estado, federal e militar. Outra sugestão visa a elaboração e a apresentação de um plano estadual de segurança pública para as instituições do sistema de justiça, da academia e das organizações da sociedade civil. Há ainda proposta para a realização de cursos de capacitação para policiais, com defensores e promotores.

O relatório também sugere uma agenda imediata e estruturante, que envolve o estabelecimento de protocolos de acompanhamento dos resultados de operações policiais em localidades de sistemática ocorrência de operação policial, reuniões de trabalho e controle pormenorizado da atividade policial dos plantões identificados como mais violentos por batalhões ou UPP, por exemplo.

O circuito também sugere a ampliação de programas especializados de atendimento psicossocial para familiares de vítimas letais decorrentes da atuação do estado ou de grupos armados ilegais, assim como para policiais e seus familiares.

Outra proposta diz respeito ao monitoramento e apresentação bimestral das secretarias de estado e municipais de educação e saúde, sobre os dias que escolas e unidades de saúde permanecerem fechados, respectivamente, em razão da violência.

### **Relatos de abusos**

Em 27 de setembro, o Circuito Favelas por Direitos divulgou um documento parcial com a íntegra dos relatos de abusos das forças de segurança, concedidos de forma anônima e espontânea pelos moradores das comunidades visitadas pelo projeto. Este relatório final também apresenta depoimentos coletados posteriormente àquela divulgação.

“Tem sempre três ou quatro mais nervosos e mais abusados e a gente, mulher, sofre mais com isso. Minha filha estava tomando banho, dois policiais saíram entrando na minha casa olhando tudo, um foi no banheiro e abriu a cortina com ela pelada dentro. Ela gritou, e ele disse “cala a boca sua piranha!”, contou uma moradora.

“O caveirão sempre vem também, pior é que ele chega na parte que nem saneamento tem. Vem na área mais crítica, mais pobre, arrebentam com os nossos barracos. Os policiais chamam a gente que é mulher de piranha. Dão tiro pro alto pra gente sair da rua. Mas qual a diferença de estar na rua ou em casa, se eu moro no barraco? Não tenho nenhuma proteção não! Eles entram nas nossas casas, mexem na panela, abrem a geladeira. Acham que tudo o que a gente tem é roubado, pedem nota, tem que ter nota de tudo?”, narrou outra moradora.

“Cismam com tudo, entram em casa e bagunçam tudo. Eu agora só vivo tomando tarja preta porque não aguento mais, só com calmante, até as crianças estão nervosas. Como a gente vai ficar aqui, com medo a vida toda?”, afirmou outro morador.

O documento com as propostas foi entregue ao Gabinete da Intervenção em outubro. O relatório contou com a participação dos demais integrantes do circuito, dentre os quais a Comissão de Defesa dos

Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio, a Defensoria Pública da União, o DEFEzap, a Federação de Favelas do RJ, o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin e a Subsecretaria de estado dos Direitos Humanos. *Com informações da Assessoria de Imprensa da DP-RJ.*

**Clique aqui para ler a íntegra do relatório.**

**Date Created**

18/12/2018